

# CRESS INFORMA

Nº 42 | DEZEMBRO 201

JORNAL DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 19ª REGIÃO-GOIÁS

# Assistentes Sociais em defesa das 30 horas



É lei, é para cumprir. Com palavras como essas, defendendo a jornada de trabalho semanal de 30 horas, cerca de 60 assistentes sociais saíram, em carreata, do Centro Pastoral Dom Fernando, em Goiânia, no dia 26 de outubro, às 10h, rumo

à Secretaria de Cidadania e Trabalho de Goiás. Lá, os/as manifestantes foram recebidos/as pelo secretário Henrique Arantes, que assegurou buscar um caminho junto à Procuradoria Geral do Estado para efetivar as 30 horas no órgão.

Da Secretaria os/as Assistentes Sociais foram para o Palácio Pedro Ludovico, falar com o governador Marconi Perillo. Os/as manifestantes não foram recebidos/as. Dali, as pessoas seguiram a pé para as agências do INSS situadas na avenida

Goiás. O Ato Público em Defesa da Efetivação das 30 Horas para o/a Assistente Social terminou por volta das 12h30. A iniciativa foi do Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás e das entidades sindicais, CUT, Sintfesp, Sindsaúde, Sindsep e SindPúblico.

"A jornada de 30 horas é uma luta justa. É direito da/o Assistente Social e se é lei, tem que ser cumprida", observa Junia Rios Campelo, presidente do CRESS 19ª Região. A mobilização foi programada em um momento que assistentes sociais de todo o Estado estavam reunidos/as na VIII Conferência Estadual de Assistência Social, realizada de 24 a 26 de outubro. A jornada de trabalho de 30 horas para o/a Assistente Social é garantida pela Lei Federal 12.317/2010, mas não está sendo cumprida. Alguns estados, municípios e órgãos federais não estão respeitando a

jornada. A luta agora é para que ela saia do papel e se torne uma prática.

A redução da jornada é uma resposta por melhores condições de trabalho. Muitos/as profissionais estão expostos/as

a cargas horárias extenuantes e situações cotidianas no exercício do trabalho junto à população submetida a pobreza e violação de direitos. Cumprir as 30 horas é uma forma de valorizar o/a trabalhador/a e garantir a efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A luta pelas 30 horas é antiga. Em 2007 o Projeto de Lei 1890/2007 entrou na pauta da Câmara dos Deputados. Seu autor, deputado Mauro Nassif (PSB/RO), promoveu debates que envolveram os/as Assistentes Sociais, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os conselhos

regionais do País. Em agosto de 2010, uma marcha em favor do PLC 152/2008, com mais de três mil Assistentes Sociais, foi realizada na Esplanada dos Ministérios em direção ao Congresso Nacional. Nesse mesmo dia, o projeto foi aprovado no Senado Federal. Em 26 de agosto de 2010, a Lei foi sancionada pelo presidente da República sem nenhum veto.



### Veja também

Entrevista com a professora Yolanda Guerra. Págs 4 e 5 Conheça a nova gestão do CRESS Goiás. Pág. 6 Assistentes Sociais lutam por inclusão no PCCVS. Pág. 7

### Expediente

Gestão "Nosso Horizonte, o Projeto Ético, Político e Profissional. Nosso Chão, Trabalho, Ética e Organização". Triênio 2011-2014.

Diretoria Executiva Junia Rios Campelo - presidente Walderez Loureiro Miguel - vice-presidente Vera Lúcia dos Santos Silva - la Secretária Ana Maria da Trindade - 2a Secretária Maria Conceição Sarmento Padial Machado - la

lesoureira Luzeny Alves Araújo - 2a Tesoureira

Conselho Fiscal

lª-Eulange de Sousa 2ª-Ilma Inácia de Sousa Pugliesi 3ª-Kênia Cristina Lopes Abrão

### Suplentes

Cristina Maria Gusmão de Moura
George Francisco Ceolin
Grete Nair Tirloni
Ilza de Carvalho Santos
Isamara Gasparotti
Lúcia Abadia de Carvalho Queiroz
Maria da Conceição Ferreira Lima
Wanessa Batista Melo
Wladisleny Duarte Amorim Silveira
Obs: A conselheira Kênia Cristina Lopes pediu
afastamento do colegiado do CRESS Goiás porque
mudou para Florianópolis para cursar doutorado. A
conselheira Wladisleny Duarte Amorim também pediu
afastamento por motivo de trabalho.

Comissão de Comunicação, Divulgação e Imprensa Vera Lúcia dos Santos Silva, Joana Dalva Alves Mendes, Lidleuza Pereira de Souza e Maristela Nunes Vitória.

Fale conosco: comunicacao@cressgo.org.br e comunicacaocressgoias@gmail.com

Jornalista responsável - Maristela Vitória JP/GO 01069 Impressão – Fonte Gráfica Diagramação – Washington Martins Tiragem – 4 mil exemplares

Equipe de Trabalho Recepção Andréia Alves da Costa Thais Alvim Mattos

Inscrição Carolina Batista dos Santos Gabriela Batista dos Santos

Administrativo Financeiro Tesouraria – Inês Cabral Combate à Inadimplência – Cáthia Martins

Agentes Fiscais Tereza de Souza Araújo Thaisy Cunha Pessoa

Coordenadora Executiva Elizângela Ribeiro

Assessoria contábil Alberir Antônio Carvalho. CRC/GO 013406/0-0 Sigma Contabilidade

Assessoria Jurídica Baltazivar dos Reis Silva. OAB/GO 18297

Assessoria de Comunicação Maristela Vitória. JP/GO 01069

Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região – Goiás. Rua 215, nº 150, Qd. 72, Lt. 18, Setor Coimbra. CEP: 74.530-130. Goiânia – Goiás. Fone: 62 3224-8007. Visite: www.cressgo.org.br e twitter: @CRESS19

## **Editorial**

A gestão "Nosso horizonte, o Projeto Ético, Político e Profissional. Nosso Chão, Trabalho, Ética e Organização" assumiu o Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região -Goiás em maio de 2011, com a proposta de dar continuidade e avançar nas lutas da gestão Ética e Movimento. Um dos desafios é estreitar a comunicação com as/os Assistentes Sociais, com o propósito de que a categoria conheca melhor a instituição que a representa e luta por seus direitos, participando de forma mais efetiva. As demandas éticas constituem espaços de lutas aguerridas na agenda do CRESS e a garantia do cumprimento das Políticas Sociais representa o maior desafio do Conjunto CFFSS- CRFSS.

Um importante eixo do CRESS Goiás é a fiscalização do exercício profissional. A Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI, no cumprimento das deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS, intensificará a fiscalização junto às instituições públicas e privadas na capital e nos municípios de Goiás. O foco central será o acompanhamento e orientação sobre o exercício profissional, observando as condições de trabalho, os editais de

concursos públicos e o cumprimento da carga horária de 30 horas semanais. Também serão intensificadas as ações junto aos campos de estágios dos alunos de Serviço Social. Essas iniciativas têm como objetivo garantir à população usuária das políticas públicas serviços profissionais de qualidade.

A sustentabilidade do CRESS Goiás é um assunto também em pauta. A inadimplência tem dificultado a manutenção financeira da instituição. A Comissão de Inadimplência, juntamente com a Diretoria Executiva, vem definindo ações que estão sendo implementadas de acordo com as deliberações do Encontro Nacional CFESS-CRESS, de setembro de 2011. O Conselho ainda convida a categoria para ocupar o espaço democrático nas Comissões de Trabalho, nas representações e nas Assembléias Gerais e Plenas, pois desta maneira a categoria sairá fortalecida.

Assistente Social, se envolva, dê sugestões e participe dos eventos previstos. E em 2012, nós, do CRESS 19<sup>9</sup> Região Goiás, desejamos um ano repleto de conquistas. Que avancemos em nossas lutas, na efetivação das 30 horas e pela garantia da ética no exercício profissional. Feliz Ano Novo!

# CRESS Goiás realiza Assembléia Geral

Nos próximos anos, o Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás fortalecerá seus Núcleos Descentralizados, os NuCress, para fortalecer as ações no interior do Estado, como resposta às demandas da categoria. Essa ação foi apresentada durante a II Assembléia Ordinária Geral do CRESS 19ª Região Goiás, realizada no dia 21 de outubro, em segunda chamada, com as/os Assistentes Sociais presentes. A sessão foi



presidida por Junia Rios Campelo, presidente do CRESS.

Hoje o CRESS conta com sete núcleos – Caldas Novas, Jataí, Senador Canedo, Cidade de Goiás, Catalão, Aparecida de Goiânia e Anápolis - que desenvolvem ações importantes, como a mobilização das/os Assistentes Sociais. Outra iniciativa prevista no planejamento realizado pela gestão Nosso Horizonte, o Projeto Ético Político Profissional. Nosso Chão, Trabalho, Ética e Organização é a intensificação da fiscalização, com o aumento da equipe.

Anuidade – Um dos temas pautados pela Assembléia foi o valor da anuidade para 2012. As pessoas, diante da atual situação do País e de índices econômicos, discutiram um percentual que viabilizasse o trabalho do Conselho sem onerar a categoria, que foi definido em 7%. A proposta foi aprovada por unanimidade. Para 2012, a anuidade terá o valor de R\$ 348,00. Um ponto elogiado pelos membros da Assembléia foi a política de inadimplência efetivada pelo CRESS, que resultou em um aumento da arrecadação, que ainda precisa melhorar, e abriu o Conselho para que a categoria conhecesse mais o trabalho desenvolvido pela instituição na defesa da profissão e no cumprimento do Código de Ética.

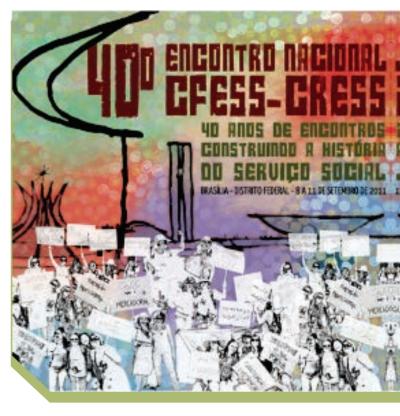
# 40° Encontro Nacional CFESS-CRESS

Em 2012 o Dia do/a Assistente Social já tem um tema definido: "Educação não é mercadoria - assistentes sociais na luta por uma educação pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade e a serviço da classe trabalhadora". Essa foi uma das decisões tiradas durante o 40º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado de 8 a 11 de setembro de 2011, em Brasília, Distrito Federal. O evento reuniu 270 pessoas.

O CRESS 19ª Região Goiás foi representado por Junia Rios Campelo, presidente; Vera Lúcia dos Santos, 1ª secretária; George Francisco Ceolin, da Comissão de Formação; Renata Carvalho R. Povoa, do GT Educação, e Alisson Cleiton Freitas, professor da Universidade Federal de Goiás. O próximo Encontro Nacional CFESS-CRESS será realizado em setembro de 2012, na cidade de Palmas, Tocantins.

No encontro foram aprovadas diversas ações. Na Formação, as iniciativas contra a precarização da educação superior serão fortalecidas com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados aos/às usuários/as, conforme estabelecido no Plano de Lutas. Nesse sentido, a campanha dos 10% do PIB para Educação Pública ganhará mais visibilidade no Serviço Social. Também serão fortalecidas articulações políticas com os movimentos sociais em defesa da agenda da Seguridade Social e contra as reformas previdenciárias, trabalhistas, universitária e tributária, nos moldes atualmente propostos pelo Governo Federal.

Nas propostas aprovadas no eixo da Fiscalização Profissional, o destaque foi para a defesa dos concursos públicos para assistentes sociais em todas as áreas de atuação nas esferas do governo e para continuidade das ações políticas para efetivar o cumprimento da lei 12.317/2010 (jornada de 30 horas sem redução salarial). Foi elaborada e aprovada a Carta de Brasília, com defesa das políticas sociais públicas, gratuitas e universais no marco dos direitos humanos, na perspectiva de que a restrição ao acesso e a violação de direitos seja uma forma de violência, assim como posicionamento contrário a todo tipo de criminalização das lutas sociais e à violência contra seus militantes.



A presidente do CRESS 19ª Região, Junia Rios Campelo, avaliou o Encontro de forma positiva. "Reafirmamos nossas bandeiras de luta e tivemos debates profícuos que fortalecem a direção do Conjunto CFESS/CRESS, nos proporcionando condições para fazermos os enfrentamentos necessários. O Encontro se consolidou como um espaço democrático de construção da história do Serviço Social brasileiro", destaca.

Houve apoio a várias moções, entra as quais, destacam-se: Repúdio à determinação judicial que interrompeu a campanha "Educação não é fast-food"; Repúdio às práticas de violência e extermínio contra todos os povos no campo e nas cidades; Repúdio à não implementação das 30 horas para assistentes sociais sem redução salarial; Apoio à permanência da conselheira do CFESS e assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Lúcia Lopes, na divisão de Serviço Social do referido órgão.

## **Encontro Descentralizado 2011**

As ações que serão desenvolvidas no ano de 2012 por cada Conselho Regional de Serviço Social que compõe a região Centro-Oeste, de acordo com as diretrizes do Conjunto CFESS/CRESS, foram discutidas de forma mais detalhada durante o Encontro Descentralizado, realizado em Cuiabá, Mato Grosso, no mês de setembro.

Uma das deliberações aprovadas foi que **o próximo encontro será realizado em Goiás**, e organizado pelo CRESS 19ª Região. A data e o local

serão definidos ainda no primeiro semestre de 2012. O CRESS Goiás convida as/os Assistentes Sociais goianos a participarem dos debates que serão ricos para a categoria.

O Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás se fez presente no Encontro Descentralizado com a participação de Vera Lúcia dos Santos Silva, 1ª secretária; Ilma Inácia de Sousa Pugliesi, do Conselho Fiscal; Renata C. R. Povoa, GT Educação, e Tereza de Souza Araujo, agente fiscal.

pág. 02

# A precarização do trabalho é um grande desafio



A crise econômica atual atingiu as diversas classes de trabalhadores, inclusive o/a Assistente Social. O resultado é o maior índice de desemprego até hoje vivido pelo trabalhador, com o qual se tem um processo brutal de precarização das condições e relações de trabalho, e da própria educação. Explica Yolanda Guerra, coordenadora nacional de pós-graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.

A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ ainda observa que o reflexo deste contexto na educação é desastroso. Assistente social, com mestrado e doutorado na área, Yolanda Guerra também coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFRJ, e o Projeto de Pesquisa sobre os Fundamentos Teóricos e Históricos da noção de Direitos e o Serviço Social. Para falar sobre os desafios colocados para o/a Assistente Social na atualidade, ela concedeu a seguinte entrevista para o CRESS Informa.

# 1-Como a crise do sistema político-econômico tem influenciado o exercício profissional do/a Assistente Social?

A crise se expressa no maior índice de desemprego até hoje vivido pela classe trabalhadora, com o qual se tem um processo brutal de precarização das condições e relações de trabalho, e da própria educação. A precarização da formação universitária, que se inicia com o pacto de Bolonha na Europa, é exportada para outros países e torna a educação como um braço do capital.

A educação cria o perfil de trabalhador que se "adapta" às atuais condições e relações de trabalho superprecárias. Isso ocorre em todo o mundo, especialmente nos países capitalistas dependentes, que ao copiarem os modelos dos países desenvolvidos, como não tem "gorduras para cortar" em termos de tempo de formação, acaba aligeirando a educação e tornando-a barata e rápida. É a educação "fast food", a exemplo da comida fast food, expressão mais adequada deste processo de aligeiramento e precarização da educação. A educação não pode se converter em fábrica de diploma. Os países vêm investindo nisso para ter uma mudança no seu Índice de Desenvolvimento Humano e em virtude das metas do Banco Mundial.

Esta crise é enfrentada com políticas sociais focalizadas que

não é um fenômeno novo; ao menos no Brasil as tendências de assistencialização e de focalização fazem parte do modelo de política social adotado: uma "não política", já que se constituem de um conjunto de programas que carregam a mística do favor, da concessão. Ambos os processos se aprofundam e se constituem a marca das políticas do estado neoliberal. Estado que se alarga para atender as demandas do capital, que tem nos programas sociais as estratégias de controle da crise e de estabelecer consenso, de garantir sua legitimação. E que nesta mesma medida atende a necessidades sociais da maior importância para o alcance da emancipação política, constituindo sujeitos que estão saindo da pobreza absoluta e alçando níveis de pobreza relativa (se é que é possível falar nisso). Aí se localiza o nosso exercício profissional no âmbito das políticas, mas ele não pode ser a única via de receber nossa intervenção. As políticas sociais moldam os espaços sócioocupacionais dos assistentes sociais e o modo de operar dos mesmos. Moldam os próprios assistentes sociais que se institucionalizam.

Dentre nossas atribuições está a necessária articulação e mobilização dos usuários dos serviços e das políticas sociais em torno da defesa e garantia de seus direitos. A meu ver, não são os assistentes sociais como profissionais que o farão (garantir direitos), mas estes deverão fornecer as informações e os instrumentos que permitam aos usuários se organizarem em torno de seus interesses e necessidade.

2-Um tema polêmico é a Educação a Distância - EAD. Que coloca em cheque quem faz - que nem sempre terá um bom respaldo no mercado, na qualidade do ensino - já que muitas instituições estão preocupadas só com a rentabilidade, e os próprios números inflados que o governo quer apresentar na área do ensino superior. Qual a saída para esse impasse?

Os problemas dos cursos à distância são, basicamente, de duas naturezas. Em primeiro lugar eles atendem as demandas dos grandes oligopólios da educação superior, do capital internacional que acaba, inclusive, se valendo da compra de pequenas universidades privadas presenciais e as converte em pólo do ensino à distância. Das matrículas dos cursos de Serviço Social (público e privado), o ensino à distância (digo ensino porque na minha opinião, nada mais estranho à educação do que este formato de curso) possui, ou pelo menos possuía, quando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS coletou este dado no começo do ano, 48% das matrículas. Para as nossas entidades enfrentar este poderio é uma "missão quase impossível".

Em segundo lugar a mudança substantiva na concepção de ensino e no próprio projeto educacional que está se perfilando. A educação como mercadoria a ser comprada em qualquer estabelecimento que a forneça. Como tal, a ela se atribui todas as características que o comprador espera encontrar no mercado: barata e que satisfaça a sua necessidade imediatamente. Daí surge a representação da educação fast food: barata e ligeira.

O que é mais perverso é o fato de que há uma arquitetura ideológica que busca o convencimento, o consenso em torno desta estratégia que aparece como uma falsa democratização, já que ela supõe permitir a "inclusão" dos segmentos que até então estiveram fora do acesso à educação. No clássico estilo de que "qualquer maneira de ensino vale a pena". Vendem um ensino ilusório, virtual, fictício.

Este foi o formato encontrado pelos governantes para diplomar pessoas em massa e responder às metas educacionais impostas por organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Tenho acompanhado alguns destes processos, como participante da direção nacional da ABEPSS. Posso garantir que há uma relação orgânica entre o marco regulatório, ou seja, a legislação criada para dar suporte ao funcionamento dos cursos à distância, passando pela legislação que trata do Mestrado Profissional e culminando com a Lei de Inovação

Tecnológica e Lei do Bem, que garantem a formação de recursos humanos para as empresas. Há uma orquestração de medidas que envolvem o âmbito jurídico-legal, decisões políticas e técnicas para atender os mesmos objetivos e cujo resultado é a depreciação da formação, que eu considero como "deformação".

Temos que buscar saídas coletivas, manter nos atentos, fortes e articulados. Falo dos diversos setores da sociedade, pois estas questões não dizem respeito somente ao Serviço Social ou às profissões que no momento são alvo desta armadilha. São

questões relativas à sociedade brasileira, latino-americana e mundial. Isso porque esta se forjando uma sociedade com outro perfil de sujeito social, que recicla os valores liberalburgueses. Se a sociedade não quer ser tratada por médicos que tenham tirado seu diploma à distância, então terá que se mobilizar e defender o ensino público, gratuito, laico.

3-Estamos vivendo o momento das conferências nos três níveis — municipal, estadual e nacional. Esses espaços são realmente democráticos? Como você vê a participação popular nesse processo?

Os espaços das conferências são conquistas muito importantes, mas limitados. Falar em democracia ampla nos países capitalistas é uma piada. Quanto mais se estuda a democracia a partir das abordagens dos clássicos, mais se tem a certeza de que a democracia verdadeira, da qual fala Marx, por exemplo, não tem viabilidade no capitalismo. Os espaços democráticos existem na medida em que não ameaçam o ordenamento social, que não põem em risco o processo de valorização/acumulação de capital. Ao manter a contradição entre o Estado e a sociedade civil, a sociedade burguesa impede a realização da verdadeira democracia que supõe a superação do Estado e que somente será realizada na comunidade real, fundada em uma livre associação de homens igualmente livres.

Porém, como forma de alcançar a emancipação política, de construir a contra-hegemonia, a participação popular em instâncias políticas permite que se desencadeie um processo de

democratização das relações sociais, mas que não podem ser um fim em si, pois não são suficientes. Penso que para enfrentar o estado de coisas que falamos no início desta entrevista é necessário ir além. Não se ter o horizonte curto da política. A política não é uma esfera autônoma, e, por isso, não pode ser desvinculada da produção. É o próprio Estado que investe no desmonte dos parcos direitos alcançados até hoje, com sangue e suor do trabalhador. Falar, portanto, em espaços democráticos sem falar da democratização da riqueza socialmente produzida é balela.

Estes espaços são fruto das contradições, ao mesmo tempo em que carregam a contradição em seu interior. Se, de um lado, os avanços constitucionais criaram espaços de participação da sociedade no planejamento e execução de políticas por meio de conselhos municipais, estaduais e federais, de outro, nos anos 2000, as funções do Estado se modificam, se alteram. Este processo de (contra) reforma o leva a hipertrofiar suas funções econômicas, em detrimento do seu investimento e na execução de políticas sociais. Então, na mesma medida em que a sociedade civil é chamada a participar, os recursos se reduzem e o modelo de Estado impede a execução de políticas de caráter público, universal, concebida como direito de cidadania, gratuita, tal como proposta pela Constituição.

4-E as diretrizes e documentos retirados das conferências, eles estão subsidiando as políticas públicas?

No âmbito jurídico-formal e discursivo pode-se dizer que sim, no âmbito real e concreto, não. Mas as políticas sociais são o termômetro da luta de classe. Neste sentido o problema não está nas conferências, pois elas cumprem sua função na ordem burguesa. A questão central esta na desarticulação dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e populares.

As contradições da ordem burguesa não se resolvem nela mesma. Ao contrário, cada vez mais se acirram e não há espaços de participação, nem mecanismos de controle (programas e políticas sociais, conferências, conselhos de direitos) que resolvam estas contradições, de modo que elas vão se repondo ainda com mais força, provocando um acirramento da luta de classe. Somente uma sociedade que supere a desigualdade estrutural e a barbárie da sociedade burguesa é capaz de liquidar esta contradição. Oxalá a esquerda consiga se articular em torno de um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo.

# V Simpósio de Serviço Social da Região Noroeste de Goiânia

"O que é mais perverso é o

fato de que há uma

arquitetura ideológica que

busca o convencimento,

o consenso em torno desta

estratégia que aparece como

uma falsa democratização,

já que ela supõe permitir

a "inclusão" dos segmentos

que até então estiveram

fora do acesso à educação."

No Estado de Assistência Social a elite faz as reformas para evitar o avanço da classe trabalhadora. Esse é o momento

vivido pelo Brasil, aponta Yolanda Guerra, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sua fala durante o V Simpósio de Serviço Social e IV Seminário de Políticas Públicas da Região Noroeste, realizados nos dias 15 e 16 de setembro, na Faculdade Alfa, em Goiânia, Goiás.

Atualmente na sociedade o discurso de direitos é travestido como de privilégios concedidos à classe trabalhadora pela elite,

não representando a realidade de conquistas construída através da luta dos trabalhadores, completa Yolanda Guerra. A professora falou sobre O significado das políticas sociais e os limites e possibilidades dos direitos na sociedade burguesa.

Também foram temas tratados durante os eventos O impacto da terceirização nas políticas públicas, a Saúde do trabalhador e a Medicina da família.

> A iniciativa foi do Fórum Interprofissional de Assistência Social, Saúde e Educação da Região Noroeste de Goiânia (FIASE) e contou com o apoio do Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás, dentre outras instituições. Um dos objetivos foi consolidar o trabalho em rede na região Noroeste, que começou em 2007, com a articulação de diversos profissionais. Participaram dos eventos

profissionais da Assistência Social, psicólogos/as, médicos/as dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializado de Assistência Social -CREAS da região, e estudantes.

pág. 04

# Nova Gestão do CRESS 19ª Região Goiás

Dia da eleição da nova gestão

A Gestão "Nosso Horizonte, o Projeto Ético, Político e Profissional. Nosso Chão, Trabalho, Ética e Organização" foi eleita em março de 2011 e contribuirá com o Conselho Regional de Serviço Social 19º Região Goiás até 2014. A posse foi realizada em 14 de maio, na sede do CRESS Goiás. A proposta da nova gestão é fortalecer as ações no interior, através dos NuCress; da fiscalização, aumentando a equipe, e investir na política de inadimplência, fazendo com que a categoria conheca melhor o Conselho e sua atuação, reconhecendo o importante papel que a instituição tem para o exercício da profissão.

### Gestão do CRESS Goiás para o triênio 2011-2014. Diretoria Executiva

Presidente – Junia Rios Campelo: Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC /1982. Especialista em Saúde Pública pela Universidade Castelo Branco. Desde 1999 atua na Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Goiânia, hoje à disposição do CRESS Goiás. Tem experiência nas áreas de Serviço Social na Saúde e Movimentos Sociais, com ênfase no Controle Social.

Vice-presidente - Walderez Loureiro Miguel: Assistente

social graduada pela PUC Goiás. Mestra (pela Universidade Federal de Goiás – UFG) e doutora (Universidade de São Paulo – USP) em História Social. Professora titular da PUC Goiás por 30 anos, atualmente aposentada. Pesquisadora pelo NUPESC/FAPEG, com publicações de livros, artigos e comunicações em nível nacional e internacional.

1º Secretária – Vera Lúcia dos Santos Silva: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso e licenciada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Goiás - UEG. Especialista em Gestão do SUS e pósgraduada em Educação Integral e Integrada pela UFG. Mestra em Serviço Social pela PUC Goiás e gestora da SMS de Goiânia.

2ª Secretária – Ana Maria da Trindade: Assistente social graduada pela PUC Goiás/1992, especialista em Políticas Sociais pela Universidade de Brasília - UNB e mestra em Servico Social pela PUC Goiás.

Trabalha na SMS de Goiânia. Foi professora convidada da PUC Goiás e da pós-graduação em Juventude da Rede Brasileira de Instituto de Juventude.

1º Tesoureira – Maria Conceição Sarmento Padial Machado: Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás/1997. Mestra (2000) e doutora (2009) em Educação Brasileira pela UFG. É professora convidada da PUC Goiás desde 1998. Se dedicou as seguintes linhas de pesquisa: Política social, Movimento Social e Cidadania (PUC Goiás) e Educação Trabalho e Movimentos Sociais (UFG). Foi orientadora de monografia de especialização pela UNB/CFESS.

2ª Tesoureira – Luzeny Alves Araújo: Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás. Foi conselheira do CRESS 19ª Região na Gestão 2008/2011. Atuou na ONG CACAUNE (Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiânia e Goiás) e foi pesquisadora em projetos desenvolvidos pela Empresa da Silva e Associados. Ela também atuou no Programa de Atenção Integral à Família, de Aparecida de Goiânia, e na equipe multiprofissional responsável pela Coordenação de Ensino Especial da Secretaria Estadual de Educação.

Eulange de Sousa: Assistente social graduada pela PUC Goiás, é especialista em Políticas Públicas pela UFG e na área de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes pelo LACRI-USP. Mestra em Educação pela PUC Goiás, atualmente cursa o doutorado em Saúde Pública pela UFG. Ela é funcionária pública federal lotada no Hospital das Clínicas, e municipal, trabalhando na SMS de Goiânia. É militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Ilma Inácia de Sousa Pugliesi: Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás e especialista em Administração de Projetos Sociais pela Universidade Gama Filho, Belo Horizonte. Trabalha na Secretaria Municipal de Assistência Social de Goiânia - SEMAS. Atuou na Política Habitacional por meio da extinta COMOB.

### **Suplentes:**

Ilza de Carvalho Santos: Graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Especialista em Serviço Social, pela PUC Goiás, e em Políticas Públicas, pela UFG. Mestra em Serviço Social pela PUC Goiás/2009. Atua na Secretaria Municipal de Saúde de

Goiânia.

Lúcia Abadia de Carvalho Queiroz: Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás, com docência em Ensino Superior, Serviço Social na Saúde e no Judiciário, Assessoria de Planejamento, Movimentos Sociais, Educação Popular e Política de Assistência Social. Ela é especialista (2001) e mestra (2009) em Serviço Social pela PUC

Maria da Conceição Ferreira Lima: Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás, com especialização em Saúde Pública e Inclusão Social. É gestora do Programa Bolsa Família, em Senador Canedo, e conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social.

George Francisco Ceolin: Professor e coordenador de Estágio do Curso de Serviço Social da UFG - Campus Cidade de Goiás. Graduado em Servico Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins, São Paulo. Desde 2007 milita na Comissão Pastoral da Terra.

Ele é mestre em Servico Social pela PUC Goiás.

Wanessa Batista Melo: Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás e especialista em Saúde do Idoso pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais/2008. Mestra em Serviço Social pela PUC Goiás/2011. Atua na SEMAS e no Banco de sangue - Honcord. É membro da Associação de Alzheimer -ABRAZ.

Grete Nair Tirloni: É assistente social da Previdência Social em Jataí. Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás/2007. Atuou na Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia (2007 a 2009) e na Agência Municipal de Obras, em 2009. Ela é mestranda em Servico Social pela PUC Goiás.

Isamara Gasparotti: Graduada em Serviço Social pela PUC Goiás/2003. Pós-graduada em Saúde Pública e Saúde da Família pela UCB/RJ. Desde 2005 atua na política de assistência social em Goiânia e é funcionária do Governo do Distrito Federal.

Cristina Maria Gusmão de Moura – Cursou Serviço Social pela PUC Goiás/2005. É funcionária pública municipal e estadual.

O Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás é uma autarquia, de fiscalização do exercício profissional da/o Assistente Social, dotada de personalidade jurídica de direito público, que assume atribuições legais, éticas e políticas. Destacando-se a observância da Lei de Regulamentação e do Código de Ética Profissional. O CRESS Goiás está ligado ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, que unifica as ações em todo o Brasil através do Conjunto CFESS/CRESS.

# Como o Conselho está estruturado

O CRESS 19ª Região Goiás está organizado da seguinte

Assembléia Geral da Categoria: instância deliberativa, sendo realizada duas vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário. Ela é composta pelos/as Assistentes Sociais inscritos/as no âmbito da jurisdição do CRESS 19ª Região, em pleno gozo de seus direitos e quites com a anuidade. A Assembléia é aberta à participação de outros assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e representantes

Gestão colegiada - compreende a Diretoria Executiva e o Conselho Pleno

das entidades da categoria e da sociedade civil

Diretoria Executiva é órgão executivo e se reúne quinzenalmente. Compete à Diretoria cumprir as decisões da Assembléia Geral, do Conselho Pleno, resoluções e instruções do CRESS e do CFESS, dentre outras. Ela é composta pela presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros, quatro suplentes e os membros do Conselho Fiscal.

Conselho Pleno executa atos deliberativos, julgamento de processos disciplinares éticos, recursos, pedidos de reconsideração, em que envolvam direitos e obrigações de terceiros, dentre outras funções. Reúne-se mensalmente, e extraordinariamente, sempre que convocado. O Conselho Pleno é composto por nove membros efetivos e nove membros suplementes. Só poderá deliberar com a presença mínima de seis e máxima de nove.

Conselho Fiscal: acompanha e fiscaliza a execução orçamentária do CRESS. Reunirá mensalmente e é composto por três membros efetivos.

É assegurado ao CRESS 19ª Região Goiás constituir comissões, grupos de trabalho e núcleos para realizar suas ações. Comissões instituídas

Comissão de Trabalho e Formação Profissional. Coordenador: George Francisco Ceolin

Comissão de Seguridade Social.

Coordenadora: Walderez Loureiro Miguel

Comissão de Comunicação, Divulgação e Imprensa.

Coordenadora: Vera Lúcia dos Santos Silva

Comissão de Inscrição, Transferência e Cancelamento.

Coordenadora: Vera Lúcia dos Santos Silva Comissão Permanente de Licitação.

Coordenadora: Walderez Loureiro Miguel

Comissão Permanente de Ética e Direitos Humanos. Coordenadora: Cristina Maria Gusmão

Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos – está em

Comissão Permanente de Combate à Inadimplência. Coordenadora: Cáthia Martins Lourenço (Trabalhadora Agente Financeira do CRESS)

Comissão de Orientação e Fiscalização.

Coordenadora: Ilma Inácia de Souza Pugliesi

Comissão Administrativo-Financeira.

Coordenadora: Maria Conceição S. Padial Machado

Comissão Permanente Patrimonial, Documental e de Incineração.

Coordenadora: Eulange Sousa

### Grupos de Trabalho

GT Educação. Coordenadora: Ana Lúcia Basílio Santos

GT Previdência – em processo de organização

GT Habitação – em processo de organização do grupo

GT Capacitação de Supervisão de Estágio. Coordenador: George Francisco Ceolin

GT Sociojurídico - em processo de organização do grupo

GT Trabalhadoras – reúne as trabalhadoras que atuam na sede do CRESS 19<sup>a</sup> Região Goiás.

Núcleos do CRESS: espaço de organização e articulação dos profissionais que atuam no interior, para descentralização e democratização da gestão política do CRESS. Hoje o CRESS conta com sete núcleos – Caldas Novas, Jataí, Senador Canedo, Cidade de Goiás, Catalão, Aparecida de Goiânia e Anápolis.



### Assistentes Sociais lutam por inclusão no PCCVS da prefeitura de Goiânia

A defesa dos interesses da categoria profissional do/a Assistente Social é uma preocupação constante do Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás. No dia 6 de outubro, o CRESS Goiás entregou, na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, um requerimento propondo a inclusão da função do/a Assistente Social no quadro de trabalhadores da Secretaria, incluindo o/a profissional no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores (PCCVS). Infelizmente o documento foi extraviado e não chegou às mãos do secretário de Saúde, Elias Rassi.

No dia 24 de novembro, o requerimento foi novamente entregue para a assessoria de gabinete do secretário. No dia 25 de novembro, o CRESS Goiás foi

informado que está sendo elaborado ofício, baseado no documento do CRESS, que será encaminhado à Procuradoria Jurídica do Município. Este parecer servirá como base para que o prefeito Paulo Garcia elabore Projeto de Lei com alterações na Tabela de Enquadramento. É bom esclarecer que o Projeto de Lei deverá ser apreciado e aprovado na Câmara Municipal de Goiânia e sancionado pelo prefeito para que se torne lei.

O CRESS Goiás entende que os/as assistentes sociais devem ter os mesmos direitos e condições dos demais profissionais da Secretaria Municipal de Saúde. Para isto, tem buscado incansavelmente o reconhecimento do/a profissional de Serviço Social como trabalhador da

# Nova sede



O Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região Goiás está de sede nova. Em maio de 2011, o CRESS saiu da avenida Goiás e foi para a Rua 215, quadra 72, lote 18, número 150, Setor Coimbra. A nova sede é ampla, confortável e tem possibilitado realizar diversas atividades, como palestras, encontros, reuniões e assembléia. Um dos eventos que o CRESS Goiás tem acolhido é o Café com Marx, iniciativa da Comissão de Formação Profissional e Trabalho. É um grupo de estudo que debate a teoria e o método de Marx, dirigido aos/às assistentes sociais. Conheça a opinião de algumas pessoas sobre a nova sede.





"Eu gostei da sede, é mais espaçosa, o local é fácil de chegar. Eu achava o centro difícil, por causa do estacionamento". Cecília Maria Bressan, assistente social do Hemocentro de Goiânia.



"A nova sede é ampla, acolhedora e confortável. E eu sempre achei o atendimento do CRESS bom". Nedina Moreira de Jesus, assistente social da Unidade de Pronto Atendimento de Rio Verde, Goiás.



"O espaço da nova sede é melhor, mas em questão de localização, para mim ficou mais difícil. Antes a gente sempre passava no CRESS quando ia resolver algo no centro de Goiânia". Maria Luciana do Nascimento, estudante do 8º período da PUC Goiás.



"Gostei da nova sede, é ampla, muito boa. A minha preocupação é só em deixar o carro nessa rua, porque ela é muito parada". Solange Mendonça Umbelina Nascimento, assistente social do Hospital Geral de Goiânia.

### Agenda 2012

Separamos os principais eventos que serão realizados no ano de 2012. Acompanhe os debates e se programe para participar.

### Maio

III Simpósio de Serviço Social e da XXIX Semana da/o Assistente Social. Do dia 14 a 16.

### Julho

Conferência Mundial de Serviço Social, em Estocolmo, Suécia. Será realizada de 8 a 12.

### Setembro

Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos e 41º Encontro Nacional CFESS-CRESS. Sem data ainda prevista, acontecerá na cidade de Palmas, CRESS-TO.

### Eventos sem data definida

Encontro Descentralizado da Região Centro-Oeste será realizado em Goiás. A data e o local serão definidos no 1º semestre de 2012. Aguardem!

Workshop sobre a definição de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), previsto para o primeiro semestre de 2012, acontecerá no Rio de Janeiro.

Seminário Nacional que discutirá o Serviço Social na Educação será realizado em Maceió, Alagoas (discutirá também o Projeto de Lei 060/2007, que dispõe sobre a inserção da/o assistente social e psicóloga/o nas escolas públicas de educação básica)

Seminário Organização Sindical dos/as Assistentes Sociais. O Rio de Janeiro receberá o evento, sem data definida.

### Novidades na página do CRESS

Em 2012, o CRESS 19ª Região Goiás estará remodelando sua página na internet – www.cressgo.org.br. Haverá mudanças no layout, na tecnologia – com espaço para multimídia - e nos conteúdos. O objetivo é melhorar e facilitar a comunicação com as/os Assistentes Sociais. Queremos agradecer a todas as pessoas que visitam a página e que têm enviado e-mails com contribuições e notícias.